



Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 153 • nov. / 2007

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

Sumário

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A objeção na execução (exceção de pré-executividade) e a reforma do Código de Processo Civil
Eduardo Talamini..... 11
2. Poderes instrutórios do juiz e processo civil democrático
Alexandre Freitas Câmara 33
3. A inexistência de fungibilidade entre a ação civil de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) e a ação civil pública (Lei 7.347/85)
Manoel Alves Rabelo e Gilberto Fachetti 47

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. I modelli di fase preparatoria dei processi a cognizione piena in Italia dal 1940 al 2006
Andrea Proto Pisani 65
2. Complex civil litigation in England
Neil Andrews..... 87

III. DIREITO COMPARADO

1. Os reflexos do tempo no direito processual civil (anotações sobre a qualidade temporal do processo civil brasileiro e europeu)
Fernando da Fonseca Gajardoni 99

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Os novos embargos à execução e o exercício do direito de retenção por benfeitorias
Marcos Destefenni e Gledson Marques de Campos..... 119
2. As cadeias prometidas: ainda o ônus da prova nas ações ambientais
Jean Carlos Dias 133
3. Ação rescisória e modulação da eficácia temporal da decisão de inconstitucionalidade
Paulo Roberto Lyrio Pimenta 145
4. Algumas questões decorrentes do princípio do devido processo legal tributário, inclusive, e ainda, sobre o depósito prévio recursal administrativo-fiscal
Alberto Nogueira Júnior..... 156

5. Legitimidade da Defensoria Pública na Lei da Ação Civil Pública: há limites? <i>Marina Mezzavilla Verri</i>	170
V. ATUALIDADES INTERNACIONAIS	
1. Class actions at a crossroads: Europe's choice between its own and the American model <i>Giorgio Costantino</i>	181
2. Ações coletivas nos países ibero-americanos: situação atual, Código Modelo e perspectivas <i>Aluísio Gonçalves de Castro Mendes</i>	188
VI. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS	
1. O que se entende por reforma da decisão para fins do cabimento dos embargos infringentes? <i>Fernanda Siqueira Cunha de Souza</i>	217
VII. JURISPRUDÊNCIA	
Anotada	
1. Liquidação e execução (cumprimento de sentença): coletivos; sindicato; e legitimidade ativa <i>Luiz Manoel Gomes Junior e Jussara Suzi Borges Nasser Ferreira</i> ..	227
Íntegra	
1. Supremo Tribunal Federal	
Recurso extraordinário – Não conhecimento – Substituição de julgados – Inocorrência – Acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça que não substituiu a decisão do Tribunal de Justiça estadual – AgRg no RE 458.129-9/SC – 2.ª T. – STF – j. 14.08.2007 – v.u. – rel. Min. <i>Eros Grau</i> – DJU 19.10.2007.....	237
2. Superior Tribunal de Justiça	
Recurso – Interposição via fax – Prazo de cinco dias para apresentação dos originais – Prorrogação do quinqüídio legal para o primeiro dia útil subseqüente se o lapso terminar em período de férias forenses – Inteligência dos art. 184 do CPC e 106 do RISTJ e da Lei 9.800/99 – AgRg na AR 3.577/PE – 1.ª Seção – STJ – j. 13.06.2007 – maioria – rel. p/ acórdão Min. <i>Luiz Fux</i> – DJU 03.09.2007.....	249
3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região	
Coisa julgada – Inocorrência – Controle concentrado e difuso de constitucionalidade – Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade da contribuição de autônomos e administradores prevista nas Leis 7.787/89 e 8.212/91 – Inexistência de norma constitucional absoluta – Direitos fundamentais de primeira geração que restringem atividade estatal ilícita – Prevalência do postulado da isonomia	

tributária – ApCiv 1997.38.00.022383-9/MG – 8.^a T. – TRF-1.^a Reg. – j. 27.04.2007 – maioria – rel. conv. Juiz Federal *Mark Yshida Brandão* – DJU 22.06.2007..... 258

4. Tribunal Regional Federal da 4.^a Região

Ação civil pública – Ministério Público – Legitimidade *ad causam* – Demanda proposta pelo *Parquet* visando o reajuste de benefícios da Previdência Social, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real – Admissibilidade – Existência de interesse social latente – Inteligência dos arts. 127 e 129, II e III, da CF; Ação civil pública – Ministério Público – Interesse de agir – Ocorrência – Demanda interposta pelo *Parquet* visando o reajuste de benefícios da Previdência Social, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real – Superveniência da Lei 10.999/2004 que reconheceu o direito à revisão pretendida – Irrelevância – Ação interposta antes da vigência do texto normativo – Norma, ademais, que condiciona o adimplemento do reajuste à celebração de um termo de acordo ou transação judicial e determina o pagamento parcelado dos valores em atraso, não abrangendo todos os segurados e fixando critérios que prejudicam os segurados abrangidos, em comparação à pretensão judicial; Ação civil pública – Multa – Sanção imposta em caso de não cumprimento da decisão judicial em até 90 dias – Admissibilidade – Punição cabível em face do disposto nos arts. 11 e 12 da Lei 7.347/85 e 273 do CPC; Honorários de advogado – Ação civil pública – Sucumbência – Condenação da verba honorária em favor do Ministério Público – Inadmissibilidade – Órgão do *Parquet* que atua em decorrência de sua função institucional, em prol da sociedade – Inteligência do art. 128, II, *a*, da CF – ApCiv 2003.71.04.016299-5/RS – 5.^a T. – TRF-4.^a Reg. – j. 29.05.2007 – maioria – rel. Juiz Federal *Luiz Antonio Bonat* – DJU 22.06.2007..... 264

5. Tribunal Regional Federal da 5.^a Região

Execução – *Astreintes* – Inclusão de multa cominatória nos cálculos do exequente sem que tenha decorrido o prazo para o devedor cumprir a obrigação imposta pela sentença exequenda – Inadmissibilidade – Excesso de execução evidenciado; Embargos à execução – Juros de mora – Pretendida mudança do percentual fixado na sentença exequenda – Inadmissibilidade – Observância ao princípio da intangibilidade da coisa julgada – ApCiv 2005.84.00.003138-0-1.^aT.-j.17.05.2007-v.u.-rel.Des. Federal *José Maria Lucena* – DJU 28.06.2007..... 279

6. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	
Plano de saúde – Despesas com cirurgia – Ressarcimento – Admissibilidade – Paciente acometido de ceratocone – Procedimento cirúrgico consistente no implante de anel para correção da córnea – Intervenção cirúrgica eficaz e reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina – Assistência devida – Conduta que visa preservar a saúde do enfermo – Observância do princípio da dignidade da pessoa humana – Ap 350.179-1 – 8.ª Câm. Cív. – TJPR – j. 12.07.2007 – v.u. – rel. Des. J. S. Fagundes Cunha.....	283
Astreintes – Multa devida somente em caso de descumprimento da obrigação e após o trânsito em julgado da decisão que a fixou – Necessidade, ademais, de intimação pessoal do demandado – AgIn 420731-4 – 16.ª Câm. Cív. – TJPR – j. 25.07.2007 – v.u. – rel. Des. Paulo Cezar Bellio.....	287
VIII. TRABALHOS FORENSES	
1. Multa diária. Exibição de documentos. Exigibilidade condicionada à intimação pessoal do obrigado e ao trânsito em julgado da decisão que fixou a obrigação de exhibir Evaristo Aragão Santos e Fabrício Coimbra.....	291
IX. NOTAS E COMENTÁRIOS	
1. Mecanismos para concessão de efeito suspensivo aos recursos não dotados do mesmo: tutela de urgência no âmbito recursal Bruno Ávila Guedes Klippel.....	305
2. O estado de necessidade processual e a admissibilidade das provas (aparentemente) ilícitas Andre Vasconcelos Roque.....	311
X. RESENHAS	
1. TORRES DE MELLO, Rogério Licastro. <i>O responsável executivo secundário – A defesa do fiador, sócio, cônjuge e congêneres</i> . 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006 – resenha por Gilberto Gomes Bruschi.....	337
2. LOPES, João Batista. <i>Tutela antecipada no processo civil brasileiro</i> . 3. ed. São Paulo: RT, 2007 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	339
3. TORRES DE MELLO, Rogério Licastro (Coord.). <i>Recurso especial e extraordinário: repercussão geral e atualidades</i> . São Paulo: Método, 2007 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	340
4. CARMONA, Carlos Alberto (Coord.). <i>Reflexões sobre a reforma do CPC: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido Dinamarco e Kazuo Watanabe</i> . São Paulo: Atlas, 2007 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	341

5. SACCO NETO, Fernando; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; CERQUEIRA, Luis Otávio Sequeira de; HOFFMAN, Paulo; TORRES DE MELLO, Rogério Licastro; PALHARINI JÚNIOR, Sidney. <i>Nova execução de título extrajudicial – Lei 11.382/2006 comentada artigo por artigo</i> . São Paulo: Método, 2007 – Resenha por Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	342
6. CRUZ E TUCCI, José Rogério. <i>Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada cível</i> . São Paulo: RT, 2006. 392p. – resenha por Fabio Caldas	343
XII. RESUMOS.....	347
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	351
CONSELHEIROS HOMENAGEADOS	359
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	361